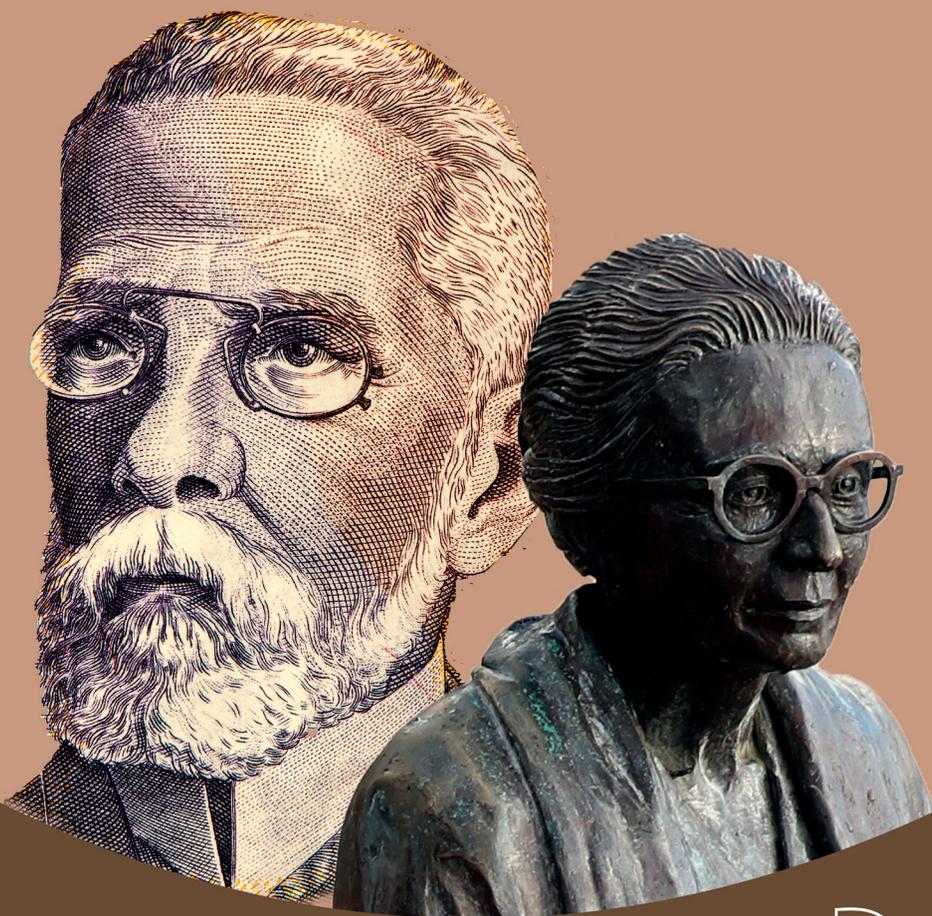


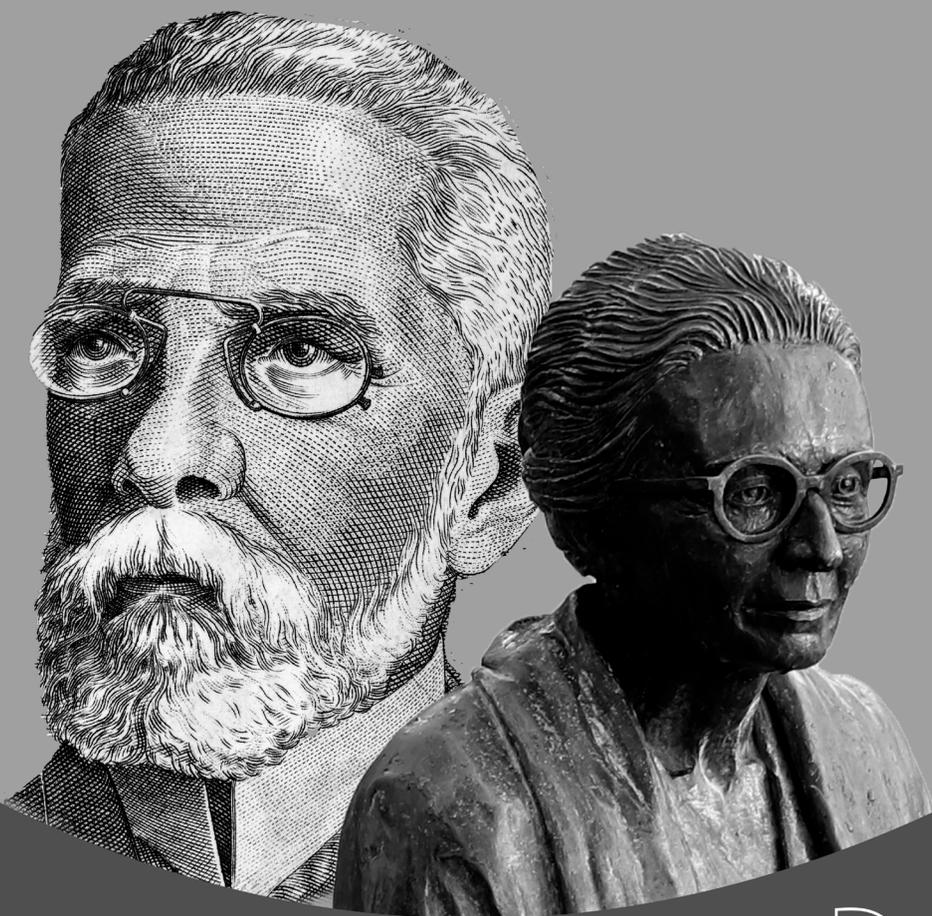
O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil



Everaldo dos Santos Mendes
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil



Everaldo dos Santos Mendes
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O desenvolvimento científico contemporâneo da psicologia no Brasil

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Everaldo dos Santos Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D451 O desenvolvimento científico contemporâneo da psicologia no Brasil / Organizador Everaldo dos Santos Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-841-0

DOI 10.22533/at.ed.410212302

1. Psicologia. I. Mendes, Everaldo dos Santos (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Shakespeare já sabia que os delírios têm sentido. Aludindo aos desvairados discursos de *Hamlet*, Polonius diz: “Desvario sim, mas tem seu método” (*Hamlet*, ato II, cena ii). Mas naturalmente os homens de ciência nunca escutam os poetas [...]”.¹

Testemunhei, nos últimos dolorosos dias da humanidade — assolados pela pandemia de coronavírus (COVID-19) — o surgimento de um escrito inédito: **O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil**, talhado e esculpido na Atena Editora. Na sua composição mais íntima, contamos com a experiência, pesquisa e práxis pedagógica e esperança de docentes deste “vasto mundo” palavrado Brasil. É como diz João Cabral de Melo Neto, “[...] um galo sozinho não tece uma manhã [...]”.²

Possivelmente no outono de 1928, a fenomenóloga contemporânea alemã Edith Stein — discípula de Edmund Husserl — refletiu na conferência intitulada **Os Tipos de Psicologia e seu Significado para a Pedagogia (De Typen der Psychologie und ihre Bedeutung für die Pädagogik)** que se tomarmos em mãos os manuais de psicologia encontraremos dentro de um mesmo livro diversos capítulos que por objeto e método pouco têm em comum entre eles. Por “psicologia” são designadas direções de investigação muito distintas, procedentes de um modo paralelo desde a Antiguidade e dos quais predominou uma vez um, outra vez outro, de acordo com o momento. Historicamente, Edith Stein distingue três tipos fundamentais: [1] Psicologia metafísica: doutrina da essência da alma. [2] Psicologia empírica: doutrina dos fatos da consciência. [3] Caracterologia: antropologia prática.³

No “contrato social” estabelecido após a Revolução Francesa, o Estado conferiu à ciência o monopólio do fenômeno da loucura. Politicamente, o discurso psiquiátrico — falacioso (*doxa*) — fundou-se no controle da irracionalidade. No Estado de Minas Gerais (Brasil) — em nome da razão — pelo menos 60 mil seres humanos morreram entre os muros do Hospital Colônia de Barbacena, taxados de “loucos”:

[...] 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças.⁴

1 SILVEIRA, Nise. **Imagens do inconsciente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 100.

2 MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 345.

3 STEIN, Edith. Los Tipos de Psicología y su Significado para la Pedagogía. In: STEIN, Edith. **Obras completas, IV: escritos antropológicos y pedagógicos [magistério de vida cristiana, 1926-1933]**. vol. 4. Trad. Francisco Javier Sancho, OCD; José Mardomingo; Constantino Ruiz Garrido; Carlos Díaz; Alberto Pérez, OCD; Gerlinde Follrich de Aginaga. Vitória: El Carmen; Madrid: Espiritualidad; Burgos: Monte Carmelo, 2003.

4 BRUM, Eliane. Prefácio: os loucos somos nós. In: ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: Genocídio** — 60 mil

No século XX, a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, regulamentou a profissão de psicólogo(a) no Estado brasileiro. Horizontalmente, aqui-agora, diante dos nossos “olhos de ver”, um tratado de psicologia, diversidade e contemporaneidade, que põe em cena textos sobre a formação-atuação — humanizada — de profissionais de psicologia, desvelada no século XXI. Por fim, #Colôniãuncamais!

Empaticamente,

Everaldo dos Santos Mendes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CLÍNICA PSICANALÍTICA NOS ESPAÇOS PSICOSSOCIAIS: REVISITANDO O CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Alana Gândara de Jesus Ferreira

Danielle Ribeiro Cardoso

Malba Thaã Silva Dias

Henrique Andrade Barbosa

Carla Mendes Santos Teixeira

Laís Lopes Amaral

Laura Lílian Ferreira Silva

Vívian Ferreira Melo

DOI 10.22533/at.ed.4102123021

CAPÍTULO 2..... 9

A CONSTRUÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS NA DISCIPLINA DE NEUROFISIOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Salles Seitz Ramos

Carla Waldeck Santos

DOI 10.22533/at.ed.4102123022

CAPÍTULO 3..... 21

A ESCUTA PSICANALÍTICA E SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DE UMA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA: REPENSANDO A PRÁTICA COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Joicy Anne Silva

Gustavo Henrique Dionísio

DOI 10.22533/at.ed.4102123023

CAPÍTULO 4..... 35

A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CATÓLICOS NA MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA

Bruna Benício Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.4102123024

CAPÍTULO 5..... 46

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA PREVENÇÃO DO BULLYING

Adelice Jaqueline Bicalho

Adriana Mara Pimentel Maia Portugal

DOI 10.22533/at.ed.4102123025

CAPÍTULO 6..... 55

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A COISIFICAÇÃO DO HOMEM: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO

Marita Pereira Penariol

DOI 10.22533/at.ed.4102123026

CAPÍTULO 7.....	60
A PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DA COMARCA DE MALLETT NA DÉCADA DE 60	
Mauro Tadeu de Cena Krampe Júnior	
Hélio Sochodolak	
Eduarda Bruna Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4102123027	
CAPÍTULO 8.....	69
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AMBIENTE HOSPITALAR E ESTRESSE OCUPACIONAL	
Edina Daiane Rosa Ramos	
Zuneide Batista Paiva	
Mirtes Santos Oliveira	
Regiane Lacerda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4102123028	
CAPÍTULO 9.....	79
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA SAÚDE DO ADOLESCENTE: OBESIDADE E CIRURGIA BARIÁTRICA	
Fernanda Gonçalves da Silva	
Luiz Carlos Bernardino Marçal	
Ana Carolina Carmo Fernandes	
Caroline Palmieri Sampaio	
Millena Duarte Rosa	
Vitória do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4102123029	
CAPÍTULO 10.....	91
INTERVENÇÃO LÚDICA DE MUSICALIZAÇÃO E JARDINAGEM COM CRIANÇAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Danielle Soraya da Silva Figueiredo	
Tatiele dos Santos Telaska	
Fernanda de Cassia Daneluti Gasparetto Schemuda	
DOI 10.22533/at.ed.41021230210	
CAPÍTULO 11.....	97
OFICINA COMO INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA DISCUSSÃO SOBRE SAIR DO TEMA DE PESQUISA	
Ricardo Pimentel Mélo	
Thiago Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.41021230211	
CAPÍTULO 12.....	110
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO PARA A INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Fernanda Lúcia Pereira Costa	
Fernanda Laleska da Silva Fernandes	

Iamara da Silva Pereira
Josefa Lucivânia Feitoza Gonçalves
DOI 10.22533/at.ed.41021230212

CAPÍTULO 13..... 119

O TRATAMENTO DA DEPRESSÃO E ANSIEDADE POR INTERMÉDIO DA HIPNOSE

Maria Márcia Soares
Débora Cunha de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.41021230213

CAPÍTULO 14..... 134

ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL DE VALORIZAÇÃO DA AUTOESTIMA E DO VÍNCULO MATERNO COM GESTANTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danielle Soraya da Silva Figueiredo
Tatiele dos Santos Telaska
Fernanda de Cassia Daneluti Gasparetto Schemuda

DOI 10.22533/at.ed.41021230214

SOBRE O ORGANIZADOR..... 140

ÍNDICE REMISSIVO..... 141

CAPÍTULO 3

A ESCUTA PSICANALÍTICA E SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DE UMA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA: REPENSANDO A PRÁTICA COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Data de aceite: 17/02/2021

Joicy Anne Silva

Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Unesp/Assis. Docente Universidades Estadual
de Maringá (UEM).

Gustavo Henrique Dionísio

Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Unesp/Assis.

RESUMO: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado que versou sobre o trabalho do psicólogo no sistema Socioeducativo. Este serviço tem como prerrogativas a proteção social e a responsabilização do adolescente que comete ato infracional. Através da realização de um estudo de caso buscou-se compreender sobre o trabalho do psicólogo no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de LA (Liberdade Assistida) e também sobre os processos de subjetivação de adolescentes envolvidos com atos infracionais. Sob a perspectiva psicanalítica, foram tecidos esclarecimentos sobre os fatores que colaboram para a inserção do adolescente na prática de atos infracionais. E também objetivou contribuir, para que a medida de liberdade assistida pudesse vir a ser um espaço criativo, de potencialização da subjetividade do adolescente, podendo estudar estratégias preventivas, a fim de promover espaços para a valorização do mesmo.

PALAVRAS - CHAVE: Adolescência. Socioeducação. Psicanálise.

PSYCHOANALYTIC LISTENING AND ITS APPLICABILITY IN THE CONTEXT OF A SOCIO-EDUCATIONAL INSTITUTION: RETHINKING PRACTICE WITH ADOLESCENT AUTHORS OF INFRATIONAL ACTS

ABSTRACT: The present work is the result of a master's research that dealt with the psychologist's work in the Socio-educational system. This service has the prerogatives of social protection and the responsibility of the adolescent who commits an infraction. By conducting a case study, we sought to understand the psychologist's work in monitoring adolescents in compliance with LA (Assisted Freedom) and also about the subjectivation processes of adolescents involved in infractions. From a psychoanalytic perspective, clarifications were made about the factors that contribute to the insertion of adolescents in the practice of infraction acts. And it also aimed to contribute, so that the assisted freedom measure could become a creative space, to enhance the adolescent's subjectivity, being able to study preventive strategies, in order to promote spaces for its valorization.

KEYWORDS: Adolescence. Socio-education. Psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2014 iniciei a minha jornada enquanto psicóloga na Assistência Social em um município no interior do Paraná. Até então se passaram mais de três anos de minha atuação no sistema socioeducativo em

meio aberto (sem privação de liberdade). Permaneci, aproximadamente, durante dois anos e meio como técnica responsável pelo acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSE de LA, experiência de onde resultou a minha dissertação de mestrado concluída em julho de 2016 no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UNESP/Assis-SP.

O serviço de socioeducação tem como principais prerrogativas a proteção social e a responsabilização do adolescente que comete ato infracional. A proteção social se dá, de maneira sucinta, por meio da inclusão do adolescente e seus familiares nos serviços da rede pública. Já a responsabilização é atingida através da reparação aos danos causados pela sociedade, ou seja, através do cumprimento das medidas socioeducativas na finalidade que cada uma compõe. De acordo com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-2012), a medida de LA prima pelo acompanhamento, auxílio e orientação a essa clientela específica. O Ministério Público encarrega-se de encaminhar o adolescente para a instituição executora de LA, onde o mesmo será acompanhado por um profissional. No caso da instituição pesquisada, o adolescente e sua família são acompanhados por um psicólogo ou assistente social, semanalmente. Tal medida tem um prazo mínimo de seis meses, podendo ser revogada, prorrogada ou substituída. Preconiza, por meio do acompanhamento, a ruptura da conduta delituosa, através da inserção dos adolescentes em programas públicos ou comunitários de proteção. Finalizando os seis meses, o técnico que realiza o acompanhamento da LA fica responsável em elaborar um relatório para a Vara da Infância e da Juventude, de acordo com o que ele “avalia” da situação do adolescente e de sua família, como também mediante o cumprimento ou não das metas estabelecidas no Plano Individual de Atendimento (PIA), no que determina, em tese, o término da medida ou a sua prorrogação. O PIA consiste em um documento confeccionado pelo técnico, em conjunto com o adolescente e sua família. Levando-se em conta a história de vida, a singularidade do adolescente, são estabelecidos planos e metas para a construção de um novo projeto de vida para o jovem. Esse documento pode ser reescrito a qualquer momento, pois deve acompanhar as mudanças, a realidade da vida daquele que é assistido. Os atendimentos podem ser espaçados, quinzenalmente, mensalmente, caso o adolescente esteja estudando, trabalhando, fazendo um curso profissionalizante, sempre com a intenção de não prejudicá-lo nessa tentativa de inserção social.

Tendo em vista a complexidade do serviço de socioeducação faz-se cada vez mais necessário o fomento de discussões em torno da adolescência na contemporaneidade, da adolescência envolvida com os atos infracionais e da atuação do psicólogo e daqueles implicados na execução das medidas socioeducativas.

Diante meu contexto de trabalho comecei a me indagar sobre a minha postura enquanto profissional da Psicologia. Ficava evidente que muitos profissionais entendiam o ato infracional pelo viés criminal e, conseqüentemente, o adolescente que o pratica como um criminoso em potencial que estava iniciando sua carreira, se assim podemos nominar. Também percebemos a intolerância dos trabalhadores da Assistência Social

com os comportamentos dos adolescentes, sempre esperando deles atitudes dóceis e de obediência. Qual adolescente é assim?

Não me confortava exercer um papel orientador, direcionando os jovens que passavam por mim para oficinas culturais, cursos profissionalizantes, regularizar a situação deles na escola, providenciar a documentação, dentre outras alternativas práticas. Considero essa parte importante no processo socioeducativo, porém percebia que boa parcela dos adolescentes não conseguiam permanecer engajados porque, naquele momento, tais alternativas não faziam sentido para eles. Muitas vezes os lucros atraentes e imediatos do tráfico, por exemplo, compensavam mais, ao invés de investirem na profissionalização ou na escolarização, trajetórias longas de recompensas a longo prazo e que pairam de incertezas.

Também não cabia a mim uma postura psicométrica e higienista diante do adolescente, visível na atuação de muitos profissionais. A prática de uma atenção direcionada aos sintomas, aos comportamentos manifestados na escola, enfim, uma escuta da história dos meninos e meninas que ali se apresentavam, intencionada a diagnosticá-los, encaminhá-los para a saúde mental ou até mesmo para grupos religiosos. Medicados ou fazendo parte de alguma religião, alguns profissionais acreditavam que o jovem passaria a não cometer mais os atos infracionais. De jovem infrator ele passaria a deter um outro rótulo conferido por um diagnóstico médico. No que isso ajudaria estes meninos e suas famílias? No meu ponto de vista, este olhar para a história do sujeito, a fim de diagnosticá-lo, não o auxiliava a refletir sobre a sua condição de alienação social, do desenvolvimento de um olhar crítico sobre a sociedade, de desconhecimento sobre quem ele era e o que gostaria de ser. Estas posturas mencionadas favorecem o olhar estigmatizador que a sociedade mantém sobre os adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo, opondo-se ao aparato legal que rege a socioeducação. Este acompanhamento de Liberdade Assistida (LA), a nosso modo de ver, se executado desta forma, corre um sério risco de funcionar como um instrumento de controle e de medição das condutas dos adolescentes que são submetidos às medidas socioeducativas. Os jovens e as famílias ficam à mercê da visão pela qual a atuação dos técnicos é conduzida, sobre os valores teóricos-metodológicos e pessoais nos quais suas práticas e ideologias são embasadas.

Outro motivo de minha indagação consistiu no estranhamento ao me deparar com a postura autoritária de alguns profissionais que se posicionavam diante das famílias e dos adolescentes como senhores da verdade, reduzindo a problemática à falta de limite, determinando uma postura orientativa e restritiva. Penso que nosso trabalho implica mais em uma construção com aqueles que são assistidos do que imposições a estes, numa reflexão sobre a ausência de limites, sobre as impossibilidades e fragilidades dos pais, por exemplo, em exercer suas funções maternas e paternas, e mais, da implicação dos adolescentes com suas vidas.

Mello e Patto (2008) nos advertem sobre os riscos de uma prática da psicologia

limitada a análises individualistas da personalidade, que reduz as desigualdades sociais em incapacidades pessoais, estigmatizando os indivíduos e excluindo o contexto de uma sociedade exploradora e destituidora dos direitos. A origem deste cenário, segundo as autoras, é decorrente de uma formação deficiente de muitos profissionais pautados em teorias psicológicas que encobrem as relações de poder de uma sociedade injusta, violenta e opressora, atendo-se a manuais de técnicas e avaliações psicológicas sem se preocuparem com a formação intelectual dos psicólogos. Estes, investidos de autoridade, sentem-se no direito de definir os caminhos da vida de muitos cidadãos. Desavisados e acostumados à passividade, a população torna-se refém desta armadilha reducionista e limitante do sujeito entranhada na prática de muitos profissionais.

Mello e Patto (2008) acrescentam ainda que, aos profissionais que trabalham em instituições sociais, acostumados com os dramas tecidos pelos assistidos, os conhecimentos teóricos e práticos são necessários, porém a eles são exigidos uma maior sensibilidade ética e atenção aos personagens e aos caminhos que se abrem diante deles, a fim de que suas práticas não venham contribuir com o preconceito, com o ocultamento do desejo e dos direitos civis, conduzindo-os para a margem de uma sociedade que tortura simbolicamente o cidadão através das relações que banalizam a vida. Deste modo, diante tantas inquietações, é que foi pensada a pesquisa psicanalítica por meio de um estudo de caso onde pudéssemos nos aproximar do sofrimento psíquico do sujeito envolvido na pesquisa, como uma maneira de explorar o universo da adolescência envolvida com atos infracionais, sem fins de prescrição ou controle, mas de utilizar do arcabouço teórico e prático da clínica psicanalítica nas intervenções do psicólogo junto com os adolescentes e seus familiares.

OBJETIVOS

A pesquisa realizada teve como objetivo específico acompanhar o caso de um adolescente em LA, tendo como procedimento a coleta de dados por meio dos próprios atendimentos realizados pelo psicólogo (pesquisador), em uma unidade executora de medida socioeducativa em meio aberto, procurando verificar, então, certos efeitos que o cumprimento da medida poderia desencadear nos processos de subjetivação desse adolescente. Buscou-se esclarecer sobre os fatores que colaboram para a inserção do adolescente na prática de atos infracionais. E também contribuir, através do referencial psicanalítico, para que a medida de liberdade assistida pudesse vir a ser um espaço criativo, de potencialização da subjetividade do adolescente e estudar estratégias preventivas para o adolescente a fim de promover espaços para a valorização do mesmo.

METODOLOGIA

Com vistas a elaborar um trabalho que permitisse ao pesquisador a sua aproximação do adolescente e do mundo deste, escolhemos o estudo de caso. Este método, segundo Rey, direciona-nos “para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não têm como objetivos a predição, a descrição e o controle” (REY, 2002, p.48). Assim, nos propusemos a elaborar um trabalho que auxiliasse o profissional da Assistência Social a pensar sobre sua atuação, de informar a sociedade sobre a importância e o papel dela no desenvolvimento dos adolescentes, de ajudar as instituições a terem visões diferenciadas sobre a complexidade do fenômeno como também fornecer subsídios para a prática daqueles que acompanham os adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Barbieri (2010) destaca que uma pesquisa psicanalítica deve abrir diferentes vertentes de compreensão do homem, considerando inviável alcançar uma compreensão profunda do significado (consciente ou inconsciente) da experiência, sem levar em conta os aspectos humanos de uma entrevista ou de qualquer outra forma de contato com alguém. Tal metodologia viabiliza apreensão da experiência subjetiva do adolescente, tendo em vista o aspecto contratransferencial da relação, uma vez que o psicólogo forma com o jovem uma “dupla” cujas manifestações emocionais são, igualmente, objeto de estudo.

Segundo Moura e Nikos (2000), o estudo de caso pode ser concebido como a comunicação de uma experiência onde o terapeuta escolhe a situação de tratamento para desenvolver sua pesquisa. A experiência se constitui e tem início com os registros dos atendimentos, dos relatos que evidenciam o que ocorre na vivência entre terapeuta e paciente, o que irá compor a história clínica por um determinado período de tempo. O método servirá, então, como parâmetro para a discussão de uma teoria que embasa a técnica utilizada na condução do tratamento, como também na delimitação do objeto de investigação. Tais considerações tecidas sobre a prática da clínica psicanalítica podem ser transferidas para o contexto institucional, pois esse ambiente não é isento de emoções e reações que mobilizam a dupla ou a equipe socioeducativa, aliás, tais elementos se tornam objetos de estudo para uma investigação mais profunda e sensível acerca da realidade abordada. Além do mais, o estudo de caso permite o exame da história de fatos clínicos situados cronologicamente, em um discurso que traz à luz uma hipótese metapsicológica elaborada a partir do encontro do analista com o paciente. Uma de suas consequências é a elaboração de uma teoria que se formula sobre determinado aspecto da clínica psicanalítica, e assim nos serve como importante meio de informação, ilustração e ampliação do conhecimento teórico e da experiência clínica, e, neste caso, dos dispositivos institucionais usados no acompanhamento psicológico com os adolescentes autores de atos infracionais. O elemento comum, ato infracional, torna-se amplo de significados, devido à subjetividade do autor da ação, consistindo o estudo de caso em um meio de

apreensão das particularidades do fenômeno manifestado.

O caso V..

O caso analisado se refere a V, um garoto que iniciou o cumprimento de sua medida com 17 anos e permaneceu em LA durante o período de 26/05/2014 à 06/03/2015, ou seja, quase 10 meses após o começo de seu processo socioeducativo. A medida foi estendida, pois havia demanda para a sua continuidade, concernente à necessidade de o adolescente ter um espaço para compartilhar suas experiências, ser orientado, ser ouvido como alguém que tinha muitas necessidades afetivas, de dividir com alguém seus conflitos, auxiliando-o a pensar nas emoções deles decorrentes.

Tendo em vista a delimitação do trabalho, enfatizaremos alguns aspectos sobre os quais nossa análise se debruçou. Um deles se refere a necessidade de se sentir pertencido. Este foi o elemento principal que possibilitou a V. formar o vínculo com a equipe socioeducativa, sendo possível, através da escuta, do respeito a sua história, ao invés de condenações, distanciarmo-nos de uma prática que o vitimizasse; pelo contrário, nossas ações foram focadas na responsabilização de seus atos e na sua elucidação destes. Dentro deste contexto, V pode ficar triste, bravo, indignado, revoltado e entrar em contato com outros sentimentos, resgatando, dessa forma, sua condição de adolescente cheio de ambivalências, sonhos e medos. Pode mostrar a sua fragilidade infantil de menino desprotegido, o qual teve de se valer de um discurso de homem onipotente preso à marginalidade, para manter-se vivo emocionalmente.

V foi designado a cumprir LA por ter sido cúmplice no tráfico de drogas. Mediante as entrevistas iniciais fomos resgatando o histórico da vida do adolescente. Percebemos que os atos infracionais faziam parte de sua infância, tendo início com a separação da mãe de seu padrasto (este fora sua referência paterna), ou seja, datando a época de uma perda afetiva. V. passava longos períodos em situação de rua e usava os atos infracionais como uma maneira de conseguir recursos financeiros para sua subsistência.

Estamos tratando de um adolescente com sua pré-história que retrata uma infância desprotegida do olhar materno, de provisões ambientais e de uma ruptura que parece ser marcante para o desenvolvimento de suas atitudes antissociais precocemente. Tecemos nossas concepções teóricas nos perguntando sobre o papel da identidade marginal, na vida do adolescente em questão. O desamparo psíquico acaba sendo insuportável para V., aos 5 anos de idade, época em que o padrasto se separou de sua mãe e ele passa a “dar trabalho”, segundo a genitora, tornando-se agressivo e inquieto na escola e fazendo alguns furtos. Cabe ressaltar que este padrasto fora responsável pelos cuidados de V em sua infância, pois a mãe trabalhava durante o dia e o padrasto durante a noite.

Winnicott (1954) compreende a tendência antissocial como um sinal de esperança, da necessidade que a criança tem de recuperar o objeto perdido, o qual lhe proporcionava amor e proteção, para que a mesma prossiga em seu desenvolvimento. V. dava sinais,

através de seus sintomas, de que estava sofrendo, que sentia falta da referência paterna e reivindicava outro contorno afetivo, que não poderia ser suprido pela mãe e, por isso, estendeu-se à sociedade. Sem alguém para cuidar dele, durante o dia, ele passa a perambular pelas ruas e a fazer parte de grupos que furtavam; como ele dizia, “eu fui aprendendo a me virar na rua”, e esta foi a lei que passou a reger seu funcionamento psíquico, como meio de se proteger do desamparo sentido com a ausência das figuras parentais.

E nós perguntamos: de que forma a lei pode ser internalizada, para V.? Seu pai biológico, o qual não conheceu, havia sido morto devido a um acerto de contas, porque também fizera parte do mundo da marginalidade. Sobrou para V. seguir sua herança transgeracional? Esta era lembrada pela genitora (A), que seguidamente expressava o medo de o filho completar a maioridade e ser preso, porque ela não via outro caminho para ele, senão a sina de seu pai biológico. A psicanálise demonstrou que aquilo que não é elaborado é repetido e, nesses termos, V. vinha se constituindo assim, como sujeito que repete uma história que não era a sua, todavia, da qual se apropriou, para se defender do desamparo.

Pensemos ainda acerca do que Calligaris (2009) aponta, ao ressaltar que os adolescentes são rebeldes por expressarem os desejos reprimidos dos adultos. Por mais que o discurso e as atitudes da mãe de V. fossem de reprovação da conduta infracional do filho, ela se relacionava amorosamente com homens de atitudes delituosas, como o pai biológico de V. Certa vez, em um dos atendimentos com o adolescente, este mencionou não se conformar com a atitude da mãe: “Não entendo isso que ela faz, ela não gosta que eu fumo, que eu fico na rua, que eu me envolvo, mas namora um ‘nóia’.” Inconscientemente, não sabemos quais os motivos, mas os desejos de A. eram dirigidos para figuras masculinas que transgrediam e V. captou isso, tornou-se igualmente um transgressor, trazendo à tona os desejos reprimidos de sua mãe como possibilidade de ser amado por ela.

Isso implicava a questão da dificuldade de individuação do adolescente, própria da idade, mas potencializada, pensamos nós, pela herança transgeracional e pelo desejo materno. O trabalho com V. prosseguia e, nas entrelinhas, começava a surgir o menino que aprendeu o ofício de pintor com 11 anos de idade, o tatuador e o responsável pelos cuidados daqueles que ele elegia como “irmãos”. Todas as vezes que eu pontuava suas qualidades V. voltava aos atendimentos, cada vez menos resistente e mais adolescente. Como isso? Passou a falar de seus relacionamentos amorosos, dos conflitos com os irmãos, mãe e padrasto, de sua preocupação com a imagem, de suas fragilidades, as quais, durante muito tempo, permaneceram encarceradas na formação do falso *self* do menino marginal. O espaço da LA passava a ser um continente das suas angústias, onde V. podia agora pensar sobre elas e descobrir suas potencialidades. De acordo com Costa (2003), “[...] para que o Eu possa reconhecer o poder erógeno do corpo (fonte de prazer e inversamente de sofrimento), ser-lhe-á necessário criar e reencontrar na cena do real

um objeto que confirme a existência destas propriedades.” (p.113). A LA trazia-lhe uma nova proposta de vida, distinta dos receios da genitora em relação ao futuro do filho, que projetava sua prisão, quando completasse seus 18 anos. “Pra mim está muito difícil, no ano que vem V. faz 18 anos e eu vejo ele na cadeia ou morto, não vejo outro caminho.” Essa fala se refere ao discurso da mãe de V., em uma das entrevistas que tivemos, logo no início do cumprimento da LA de seu filho.

Ora, voltemos aos nossos questionamentos acerca da identidade marginal assumida por V. Este passa a fazer uso de maconha e a perambular pelas ruas, quando seu pai (adotivo) vai embora. Este é o momento em que V. perde uma referência de cuidado importante e passa a clamar, através dos atos infracionais, por aquilo que é necessário para a sua sobrevivência. Os pequenos furtos e o comportamento indisciplinar, na escola, traziam à tona o aspecto dos efeitos da privação na vida psíquica de V., ou seja, do sentimento de perda da segurança. Winnicott (1947) assevera que os efeitos da privação¹ para uma criança são catastróficos; o autor utiliza-se do termo *desgraça*, para fazer referência aos efeitos da experiência da privação no psiquismo do infante. É possível associar esse ponto a uma fala de A., onde ela relaciona os atos infracionais com o sofrimento de V., quando o pai de criação vai embora de casa. “Menina, quando ele foi embora, esse menino chorava, ele ficava no portão chamando ‘papai, papai!’ Daí começou tudo, dar trabalho na escola, roubar, sair de casa.”

Vamos compreendendo a história de V. de acordo com as concepções teóricas elaboradas por Winnicott (1947), em seu trabalho com crianças que eram separadas de seus pais, em tempos de guerra, abordando as características das famílias e sua função necessária para a saúde mental dos filhos. O autor tece a seguinte consideração sobre esse aspecto:

Essas crianças, em tempo de paz, podem ser classificadas segundo duas amplas categorias: crianças cujos lares não existem ou cujos pais não conseguem estabelecer uma base para o desenvolvimento delas, e crianças que tem lar, mas, nele, um pai ou uma mãe mentalmente doente. Crianças como essas se apresentam em nossas clínicas em tempo de paz, e verificamos que necessitam justamente do que precisavam as crianças durante a guerra, eram difíceis de alojar. Seu ambiente familiar as frustrara. Digamos que o que essas crianças precisam é de *estabilidade ambiental*, cuidados *individuais* e *continuidade* desses cuidados. (WINNICOTT, 1947/2000e, p.82).

Esse trecho deixa evidente a importância dos cuidados do adulto em relação à criança, para que a mesma se torne segura, e estes devem ser estáveis, estarem sempre presentes na vida do infante. Quando o autor menciona sobre os pais mentalmente doentes, entendemos como aqueles pais que não conseguiram se ligar aos seus filhos, atendendo-os

¹ Winnicott (1954) define privação enquanto à ausência de afetos necessários para o sentimento de segurança da criança, a qual não chegou a ter, em seu mundo interno, um referencial continente, devido a graves falhas na função de frustração e dos cuidados. Assim, ela expressa a esperança em ter essa referência afetiva novamente e a solicita, através do choro, da agressividade e das tendências antissociais, como o próprio autor denomina. Não somente a solicita, como recorre a outras figuras que possam exercer esse papel com respeito a ela.

em suas necessidades psíquicas e físicas (necessárias para o desenvolvimento emocional do sujeito), conseqüentemente, estes irão requisitar, de alguma maneira, aquilo que lhes faltou. A partir das difíceis condições sociais de V., as quais exigia da mãe trabalhar e estudar, dentre outros fatores, como a separação dos pais (o pai adotivo, após a separação, não teve mais contato com V.), quem pôde se envolver com esse menino? Usamos envolvimento, no sentido psicanalítico, de suportar os ataques de ódio e aceitar a reparação, tornando possível o apaziguamento pulsional, o sentimento de culpa e a posterior responsabilidade social. Quando isso não é possível, uma das saídas é se voltar para o exterior, com ataques destrutivos ou tornar-se um sujeito com o papel destrutivo, a fim de que o controle dessa excitação seja adquirido mediante uma autoridade externa. Esse ataque representa um último sinal de esperança para o alcance da estabilidade emocional do indivíduo, o qual provoca a autoridade, para adquirir ou restabelecer seu controle interno.

A não negação da agressividade, segundo Winnicott (1939), favorece o trabalho de reparação e a restituição do sujeito. Nesse sentido, vamos entendendo que o espaço da LA serviu para V., também nesse sentido. Destacamos alguns episódios, em que V. compareceu à instituição executora de medida e não foi atendido, por estar sob o efeito de maconha, ou quando vinha acompanhar alguns de seus amigos e não lhe dávamos o vale transporte, explicando que este só era permitido no dia de seu atendimento. São exemplos do limite, de uma autoridade não coercitiva, mas necessária para a ordenação do caos interno de todo adolescente. O mais interessante foi que, quando agíamos assim com V., ele esbravejava, e tínhamos a sensação de que ele não voltaria a cumprir sua medida; pelo contrário, ele retornava na semana seguinte, como se nada tivesse acontecido. Quer dizer, fomos o alvo de seus ataques de ódio, contudo, sobrevivemos aos mesmos, e ele pôde continuar seu processo socioeducativo e se acalmar. Estas não são intervenções de um *setting* psicanalítico, mas são conhecimentos da psicanálise que podem ser aplicados nas instituições com finalidades terapêuticas, enquanto uma possibilidade de a instituição funcionar como um referencial externo forte, confiante e continente para drenar o instintual, exercendo o ambiente sua função tranquilizadora, “[...] dentro de cujos limites um certo grau de maldade pode ser dramatizado e usufruído sem perigo.” (WINNICOTT, 1939, p.101).

Como consequência de uma vida permeada pela ausência do Outro, responsável pela ordenação da pulsionalidade do infante e sua proteção, daquele que é auxílio para que aconteça o processamento das emoções e as experiências possam ser simbolizadas, os efeitos na função do pensamento de V. valeram para a proteção contra a violência. Assinala Costa (2003): “Em vez de dispositivo seletor e metabolizador de afetos e representações, o pensamento reage aos enunciados ou emoções contrárias à definição da identidade, de que é parte, como uma superfície-limite, tênue e hiperestésica, pronta a sentir a palavra do outro como um “rompimento doloroso.” (p.116).

No entanto, V. relatou, no seu penúltimo atendimento, que havia brigado com sua mãe e falado coisas que ele sempre quisera dizer a ela, de suas irresponsabilidades, de

seu envolvimento com o padrasto, de suas ausências em relação aos filhos, o que culminou com os dois ficarem sem se falar. V. veio para o atendimento magro, abatido, novamente os sintomas depressivos emergiram como consequência do rompimento com a figura de homem forte que ele assumira. Nessa crise, sua aparência nos parecia a personificação de uma criança em sofrimento, o qual não era expresso em palavras, mas por sua imagem, que reivindicava amor, proteção e um olhar de cuidado para ele, um novo papel.

V. pôde se dar conta das negligências que sofrera, compreendendo que a família, mais especificamente as figuras parentais, rompera as regras do contrato ao qual deveria obedecer, repercutindo enquanto violência no sujeito violentado, como atesta Costa (2003, p.130), onde o “[...] sujeito percebe que o agente da violência é concomitantemente condição inelutável de sua sobrevivência e porta-voz onipotente de sua sentença de morte”. Não estamos aludindo a ações violentas, como espancamentos ou atitudes desse porte, do adulto para com a criança, mas das possíveis negligências das funções paterna e materna. Nessa perspectiva, a delinquência tornou-se um caminho na luta contra a violência presente na vida de V., na qual ele procurou refúgio e fortaleza contra o seu desamparo.

Consideramos que V. existia através de um falso *self*, entendido por nós enquanto um mecanismo de defesa que protege o verdadeiro *self*, que o contém dos impulsos pessoais, consistindo na parte do indivíduo que lhe permite entrar em contato com o mundo, aquela parte da personalidade que o sujeito encena. Dethiville (2011), ao discutir a obra de Winnicott, menciona que o falso *self* consiste numa defesa bem-sucedida contra o esfacelamento. Segundo a autora:

Quando o ambiente não se adapta bem no estágio precoce, não é percebido, nem registrado, de modo que não gera sentimentos de dependência, mas quando o ambiente consegue isso, essa falha é registrada como uma invasão. Há uma angústia “impensável”, no sentido de que ela não pode ser pensada por pertencer a um tempo sem pensamento. (DETHIVILLE, 2011, p.103).

A origem do falso *self* é explicada, levando-se em consideração as falhas ambientais datadas muito precocemente na vida do bebê. Ele possui a função de proteger o verdadeiro *self* de um perigo impensável, como menciona Dethiville (2011), do perigo de ser anulado, de evitar a desintegração, o caos e a loucura, sendo um mecanismo de sobrevivência psíquica. Consideramos que V. encarnava um falso *self* marginal. Primeiro, porque, sendo forte e violento, ele não entrava em contato com a violência internalizada que ele portava. Segundo, porque essa estruturação lhe foi necessária para lidar com toda a pulsionalidade da adolescência, com medos e perigos que rondam essa fase da vida do ser humano. Terceiro, porque o falso *self* o atendia, em sua necessidade de se desvincular da figura materna, sem sofrer as dores dessa separação, de ter autonomia; por último, protegia-o de seu desamparo e da violência a que fora exposto. Pensamos também que, ao encenar o típico marginal, V. se protegia das representações negativas das figuras parentais, substituindo-as pela adoração à figura materna que a ideologia marginal prescreve, uma

vez que vemos frequentemente os adolescentes tatuarem o nome de seus pais, irmãos, ou mesmo a palavra *família*, embora, na realidade, os vínculos sejam desastrosos. De alguma forma, eles precisam lidar com essa violência, agarrando-se a uma ideologia paralela, para ordenar seus pensamentos, dar sentido às suas vivências de uma forma integrada. Dethiville (2011) destaca que, da gênese de uma falha ambiental adaptativa, ocorre a transformação em uma adaptação bem-sucedida.

Da utilização dos dispositivos clínicos no contexto da execução de MSE

A experiência com adolescentes autores de atos infracionais, sob a luz da psicanálise, orienta-nos a pensar sobre os novos sintomas que surgem em decorrência das transformações sociais e tudo o que vai acarretar na estruturação do sujeito, sendo necessário um lugar para tais questões serem ditas, ouvidas e pensadas. Nosso propósito era de manter uma prática socioeducativa próxima da natureza do cuidado, como formulam Dias e Loparic (2008), e não restrita às medidas assistenciais. Tais autoras argumentam sobre uma prática, em conexão com as diretrizes do SINASE, que possibilite uma “autêntica” reconstrução do projeto de vida dos adolescentes, que priorize a retomada do processo de amadurecimento psíquico e a autenticidade da experiência, sob a luz da espontaneidade e da criatividade.

O vínculo foi o meio pelo qual o ambiente facilitador pode ser vivenciado propiciando a capacidade de pensar sobre as emoções. Zygouris (2011) admite o vínculo como instância necessária para o surgimento do pensamento, e o pensar tem sua importância, por ser a gênese do processo de separações psíquicas necessárias a uma vida autônoma. V. carregava as marcas de um grande sofrimento. Existia a demanda socioeducativa, contudo, antes disso, havia questões anteriores que V. nos trazia e para as quais não poderíamos deixar de olhar; se assim fizéssemos, estaríamos, mais uma vez, confirmando as negligências que marcaram sua vida. Precisávamos auxiliá-lo a dar nome àquilo que nunca fora nominado anteriormente. O sono e a indisposição fizeram-se presentes, no início de seu processo. Esta era uma comunicação através da identificação projetiva, era isso que V. nos provocava. O sono também refletia o desligamento, a dificuldade que V. tinha de manter-se ligado à sua realidade, porque anteriormente não se ligaram a ele, e refletia a solidão. Zygouris (2011) assegura que o sono pode ser compreendido como a primeira reação psíquica da criança, diante da separação da mãe. Era assim que V. nos comunicava, de modo primitivo, o estado de seu mundo interno, permeado, assombrado pela solidão, por um desamparo sem palavras, mas que era confirmado no seu olhar, no seu silêncio, o qual refletia a ausência de palavras para significar esses registros.

Sentíamos-nos impotentes, questionávamo-nos sobre o que poderíamos fazer. E a primeira resposta que nos escapulia era: “vamos continuar ficando junto com ele”. Captávamos seu estado emocional, estávamos inconscientemente, como ele, paralisados, inibidos, em contato com sua parte mais sofrida. Zygouris (2011) faz um significativo

apontamento, o qual justifica a nossa atitude:

Estar “com” é ser um alguém separado em contato vivo com um outro. Para tanto, não é necessário invocar a grande figura teórica do sujeito desejante... Podemos dizer que estar “com” convoca a pulsão de vida na relação com o outro. Só assim é possível fazer apelo ao pensamento consciente sem estar clivado dos processos inconscientes. (ZYGOURIS, 2011, p.51).

Dias e Loparic (2008) abordam ainda a questão de o espaço socioeducativo funcionar como um ambiente facilitador necessário para o adolescente se recuperar de suas tendências antissociais, de tal forma que ele passe a confiar em si e nos outros e a construir, de maneira criativa e singular, e não adaptativa, nos moldes de um falso *self*. Este, por sua vez, pode surgir, em especial, quando as defesas violentas do adolescente não são trabalhadas e atendendo à demanda de amor, instala-se, então, o falso *self* cordial, adaptativo, reprimindo a agressividade e outros aspectos destrutivos da personalidade, de modo a inibir a capacidade criativa do sujeito.

Sobre a atuação dos agentes da socioeducação, Dias e Loparic (2008) asseveram que

[...] eles devem garantir que o adolescente possa estabelecer relações de natureza afetiva marcadas pela confiabilidade, que ele poderá tomar como referência para a sua vida, que possa regredir de modo limitado e temporário, à dependência e a provisão ambiental inerentes a uma idade anterior à sua, assentar-se em espaços de pertinência grupal e comunitária sadia, ter oportunidade de contribuir pessoal e criativamente à vida comunitária e receber educação que amplie seus horizontes sócio-culturais, junto com a educação profissional. (DIAS; LOPARIC, 2008, p.56).

A nossa proposta de intervenção dentro do sistema socioeducativo foi baseada no pressuposto psicanalítico da escuta e da implicação do sujeito a partir desta, como uma maneira de o indivíduo expressar a sua singularidade e reconhecê-la, podendo romper com os caminhos permeados pela pulsão de morte, como as repetições, e com os históricos deterministas restritos à violência e à marginalidade. Trata-se de um trabalho permeado por emoções intensas, e é por meio destas que conseguimos nos aproximar do sujeito, pois, mediante o estabelecimento do vínculo e das reações transferenciais, podemos alcançar os sentimentos que não conseguem ser verbalizados e que são, muitas vezes, atuados por meio dos atos infracionais. Tais sentimentos mobilizam os trabalhadores da socioeducação, fazendo com que se afastem dos casos, tamanha a dimensão do sofrimento, do ódio e da impotência com que são surpreendidos. A psicanálise possibilita conversar sobre o que sentimos e entender nosso afastamento e nossa não implicação com o sujeito. Os mecanismos que utilizamos para isso podem se dar desde a burocratização sistemática dos serviços até os encaminhamentos para outras instituições, afastando de nós aquilo que vem revelar a nossa limitação e a miséria psíquica da humanidade.

CONCLUSÃO

Ripoll (2013) salienta a urgência daquilo que consideramos necessário para o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, afirmando que se mostra a urgência de uma escuta singular dessas vozes silenciadas e a potência da psicanálise como instrumento de reconstrução subjetiva e política dessas vidas condenadas pelo Estado à existência apenas como *vidas nuas*, numa exclusão inclusiva (p.24). Uma das dificuldades no trabalho se refere à inibição que muitos adolescentes tem de verbalizar suas experiências de vida. Essa mudez sintomática sinaliza a resistência, o medo de se ligar a alguém e, depois, sofrer com o abandono. Também nos coloca diante de personalidades desvitalizadas, de um psiquismo onde a palavra não foi concebida como via para a comunicação. Deste modo apreendemos o espaço da LA, através do vínculo formado pela dupla psicólogo-adolescente, enquanto auxílio para mudanças subjetivas na vida do jovem, onde ocorre a possibilidade de pensar sobre os impasses que os interpelam sem recorrer aos caminhos da violência.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, V.(2010). O rigor da pesquisa psicanalítica: métodos de avaliação de sua validade e confiabilidade. In: **IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, Rio Claro. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/90.pdf>

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

_____.SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). **Lei nº 12.594**, de 18 de Janeiro de 2012.

CALLIGARIS, C. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2009.

COSTA, J.F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

DETHIVILLE,L. D. W. **Winnicott**: uma nova abordagem. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2011.

DIAS, E. O.; LOPARIC, Z. O Modelo Winnicott de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. **E-prints**, série 2, v. 3, n. 1/2, p. 45-58, 2008. Disponível em: www.sociedadewinnicott.com.br. Acesso em: 18 fev. 2015.

MELLO, S.L.; PATTO, M.H.S. Psicologia da Violência ou Violência da Psicologia? **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n.4, 591-594, out./dez. 2008.

MOURA, A.; NIKOS, I. Estudo de caso, construção de caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XII, n. 140/141, p. 69-76, 2000.

REY, G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

RIPOLL, L. A Justiça é cega, ela não me vê. Uma escuta psicanalítica atrás dos muros. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jan./jun. 2013.

WINNICOTT, D. W. W. A posição depressiva no desenvolvimento emocional. (1954). Cap.XXI. In: _____. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. O ódio na contratransferência. (1947). Cap. XV. In: _____. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. RJ. Imago, 2000.

_____. Agressão e suas raízes. Agressão (Escrito para professores, 1939). In: _____. **Privação e Delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZYGOURIS, R. **Psicanálise e Psicoterapia**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 21, 22, 24, 30, 33, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 107, 110, 113, 114, 115

Adolescentes 21, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 33, 47, 48, 52, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 89, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 115, 116, 119, 121

Agenciamento 6, 7, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107

Ambiente Hospitalar 69, 70, 71, 72, 75, 76

Ansiedade 48, 71, 84, 85, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Aprendizagem 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 35, 47, 50, 51, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 123

Avaliação psicológica 18, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 89, 90

Avanço Tecnológico 111

B

Bullying 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 81

C

Catolicismo 36, 37

Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) 2

Classificação Internacional de Doenças (CID-10) 126

Coisificação do homem 55, 57

Comportamento Infantil 91

Conjuntura Sócio-Política Brasileira 56

Conselho Nacional da Saúde 10

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 10

Criança 5, 18, 26, 28, 30, 31, 33, 37, 40, 49, 53, 81, 92, 93, 97, 98, 99, 103, 104, 108

Crise do trabalho 55

Cristianismo 37, 44

D

Depressão 48, 50, 52, 54, 71, 82, 84, 85, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133

Diagnóstico Organizacional 69, 72

Distúrbios 71, 77, 85, 86, 124

Doenças 71, 77, 78, 81, 88, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126

DSM-V 127

E

Ensino 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 50, 51, 52, 78, 91, 92, 93, 95, 96, 110, 111, 114, 115, 117, 118

Estresse 48, 57, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 87, 90, 120, 126

F

Franco Basaglia 2

G

Gênero 35, 36, 39, 43, 44, 45, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 82, 119

H

Hipnose 119, 120, 121, 122, 123, 129, 130, 131, 132, 133

I

Igreja 36, 38, 39, 40, 41

J

Jogos educativos 9, 11

Jornada Mundial de Saúde Mental 120

L

Liberdade 1, 2, 12, 21, 22, 23, 24, 39, 40, 42, 44, 49, 58, 61, 63, 112

Loucura 5, 1, 2, 3, 5, 30, 56

Ludicidade 92

M

Maria Madalena 38

Masculinidade 44, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 16, 18, 19

Ministério Público 22

Musicalização 91, 94, 95

N

Neurofisiologia 9, 11, 14, 16, 17, 18, 19

O

Obesidade 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90

Oficina 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Orientação Profissional 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118

P

Políticas Públicas 38, 55

Precarização do trabalho 55, 56, 57

Prevenção 46, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 81, 88

Processos-crime 60, 61

Produção de humanização 55

Profissional da área de saúde 69

Psicanálise 1, 2, 3, 7, 8, 21, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 44, 123, 133

Psicofísica 10

Psicologia 2, 5, 6, 2, 4, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 33, 34, 35, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 69, 72, 76, 79, 83, 86, 89, 90, 96, 107, 108, 109, 110, 117, 118, 119, 121, 133, 140

R

Reforma Psiquiátrica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

S

Saúde Mental 1, 3, 5, 6, 7, 8, 23, 28, 80, 88, 120, 125

Sistema Único de Saúde (SUS) 13

O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021